

# PRECONCEITO RACIAL: RELAÇÕES ETNICORRACIAIS EM UMA ESCOLA DE COTEGIPE (BA)

Juscélia Rocha de Jesus<sup>1</sup>

Márcia Ribeiro Queiroz<sup>2</sup>

Rafael Petry Trapp<sup>3</sup>

## Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa “Preconceito racial: Reflexões acerca das relações etnicorraciais em uma escola de Cotegipe-Ba”, desenvolvida com coordenadores, professores, diretor e alunos de uma escola estadual do município de Cotegipe (BA). A pesquisa objetivou analisar criticamente como ocorrem as relações etnicorraciais na escola, bem como as maneiras pelas quais a Lei 10.639/03 é trabalhada na instituição. A metodologia escolhida foi pesquisa de campo qualitativa, e o instrumento adotado para a coleta dos dados foi o questionário, contendo perguntas de múltipla escolha e discursivas, além da análise bibliográfica. Os resultados indicam a existência do preconceito racial na escola entre os alunos, ao mesmo tempo em que a temática de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é pouco trabalhada, mesmo que todos os participantes da pesquisa a tenham considerado importante. Revelou-se também que os professores, coordenação e direção são carentes de formação continuada para o trato com o estudo e a educação das relações etnicorraciais.

**Palavras-chave:** Preconceito racial. Racismo. Educação etnicorracial. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

## Introdução

Esse trabalho<sup>4</sup> faz uma análise crítica sobre o preconceito racial e as relações etnicorraciais em uma escola estadual do município de Cotegipe (BA), buscando compreender as problemáticas que permeiam essa discussão e de que forma os trabalhadores (professores, coordenador e diretor), bem como os alunos, lidam com essa questão.

---

<sup>1</sup> Professora na rede estadual de Cotegipe (BA). Graduada em Pedagogia pela UNEB - Campus IX. E-mail: [jusceliarocha6@gmail.com](mailto:jusceliarocha6@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora na rede estadual de Cotegipe (BA). Graduada em Pedagogia pela UNEB - Campus IX.

<sup>3</sup> Professor no Curso de Pedagogia da UNEB – Campus IX. E-mail: [rptrapp@uneb.br](mailto:rptrapp@uneb.br).

<sup>4</sup> Versão resumida e modificada de *Preconceito racial: Reflexões acerca das relações etnicorraciais em uma escola de Cotegipe-Ba*, Trabalho de Conclusão de Curso de Juscélia Rocha de Jesus e Márcia Ribeiro Queiroz realizado no Curso de Pedagogia da UNEB - IX (2019, 67p.), sob a orientação de Rafael Petry Trapp. Exemplares impressos se encontram no Colegiado de Pedagogia e na Biblioteca da UNEB - IX.

Levando em conta que a cultura racista e excludente ainda permeia a sociedade brasileira, e que precisa ser combatida, entendemos a necessidade de trazer essa discussão tendo em vista que pode contribuir com a educação do município de Cotegipe. Estudar sobre racismo e preconceito racial significa levantar questões delicadas e que incomodam muitos de nós que porventura tenham se acostumado a acreditar no discurso da democracia racial. Discurso consolidado no início do século XX, juntamente com a ideia de miscigenação do povo brasileiro, pregando uma convivência harmoniosa entre a população concomitante com a camuflagem da discriminação e o preconceito existente (GUIMARÃES, 1999).

É sabido que o legado dos povos africanos e afro-brasileiros para a construção cultural do Brasil foi e continuará sendo de extrema importância para nossa formação étnico-cultural. Desse modo, essa diversidade cultural deve ser trabalhada ao ponto de negros e não negros compreenderem que essa valorização não se resume a um grupo minoritário, e sim o reconhecimento de um povo que contribuiu significativamente com a história brasileira.

A partir do início dos anos 2000, o Estado brasileiro (sobretudo em nível federal) assume a responsabilidade de instigar e propor mudanças sociais, reconhecendo as diferenças socioeconômicas entre brancos e não-brancos e a necessidade de uma intervenção positiva no sentido de minimizar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra (GOMES, 2005).

Em tal contexto, é instituída em março de 2003 a Lei 10.639, que altera a Lei Diretrizes e Bases e estabelece as Diretrizes Curriculares para o ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, importante conquista dos movimentos negros que busca entre outras ações a “reconceituação pela escola, o negro, seus valores e as relações raciais na educação e na sociedade brasileira” (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a Lei 10.639 vem contribuir para uma efetividade no que diz respeito a valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois esta cria possibilidades para se conhecer e reconhecer as contribuições do negro em nossa sociedade, de modo a tornar dentro das escolas esse ensino como um fator essencial de mudanças de pensamento, visando ainda com isso desenraizar o preconceito e a discriminação.

Discussões sobre igualdade social e direitos iguais são recorrentes em nossa sociedade. No entanto, a realidade da população em geral revela o contrário. Considerando que o povo brasileiro resulta de uma mistura de povos, e que esta diversidade é advinda principalmente dos africanos que resistiram ao racismo, mantendo viva suas memórias e identidades étnico-

culturais, a escola (principalmente na rede pública) não pode se omitir e evitar no currículo propostas que valorizem as culturas africanas e afro-brasileiras.

Acreditamos que com a Lei 10.639, discussões sobre o preconceito racial são facilitadas principalmente no âmbito escolar. A escola é um ambiente propício para o debate da diversidade racial, pois nesse espaço se encontram sujeitos multiculturais. Segundo Cavalleiro (2001, p. 149), “a educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a relação de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados”.

Nesse sentido, a escola e os educadores não podem ser omissos quanto ao reconhecimento da diversidade cultural e não propor meios de afirmar a contribuição dos afro-brasileiros para o avanço social, econômico e cultural do Brasil, trazendo assim “[...] uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprio” (CAVALLEIRO, 2001, p. 150).

Logo, entendemos que a escola e os educadores são peças fundamentais para uma educação antirracista. Neste caso, o combate ao racismo e ao preconceito devem ser pautas sempre presentes no cotidiano escolar. Entendendo as lutas e a importância do negro na constituição da nossa sociedade, e com amparo na Lei 10.639, Cotegipe ampliou o escopo da lei supracitada através da Lei Municipal 193/13, que dá suporte para o desenvolvimento do trabalho nas escolas no que tange a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no sistema público de ensino. A lei institui que a Secretaria de Educação deve promover atividades de conscientização sobre o feriado do dia 20 de novembro em homenagem à “Consciência Negra”, com ações afirmativas em relação à data nas escolas e em outros espaços.

Buscando compreender como ocorre o trabalho relacionado a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como de que forma os educadores percebem e lidam com o preconceito racial e discriminação em uma escola do município de Cotegipe, esse trabalho tem como objetivo geral analisar criticamente como ocorrem as relações etnicorraciais dentro da Escola Estadual Maria Firmina dos Reis<sup>5</sup>. Diante dessa problematização, estabelecemos como objetivos específicos compreender a forma como a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é abordada nas aulas desta instituição, analisar como o preconceito racial e a discriminação são percebidos pelos educadores, e por fim investigar entre os alunos a manifestação do preconceito e discriminação racial entre seus pares.

---

<sup>5</sup> Nome fictício.

## **A educação como ferramenta antirracista**

Souza e Souza (2014) entendem que para se construir uma educação antirracista é necessário repensar o universo simbólico da civilização africana que durante séculos foi negado à população brasileira, como também atentar para a invisibilidade da existência de jovens negros na escola. Essa invisibilidade persistiu por tanto tempo que os alunos negros não se reconheciam nos materiais didáticos estando excluídos do papel central na história.

No Brasil, a Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), alterada pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008) instituiu em toda a rede de ensino das escolas brasileiras a História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política.

Também a transformação no que diz respeito a postura dos profissionais diante das situações de preconceito e discriminação, para que estes estejam preparados para lidar com esta nova realidade e conforme Cavalleiro (2005), romper com o silêncio possibilitando o respeito à diversidade no ambiente escolar. Isto significa avançar no rompimento com as situações de intolerância e promover melhorias nas relações entre os estudantes.

A escola como espaço privilegiado para essas discussões pode trazer contribuições de grande importância, visto que lida com sujeitos de várias etnias em um espaço onde as interações são essenciais para o processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto, o papel dos educadores na mediação de conflitos, orientando e educando para o combate ao racismo e discriminação na busca por relações saudáveis.

É importante questionarmos sobre a efetivação da lei nas práticas pedagógicas escolares, será que de fato as escolas possuem propostas que viabilizem o trabalho sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana? Estão os educadores preparados para lidar com essa temática em sala de aula? Sendo uma lei, esta deve ser cumprida, caso contrário as escolas além de estarem infringindo uma legislação, pode estar contribuindo para a perpetuação do racismo e de desigualdades raciais. Entendemos que se a lei está em vigor é porque existiu e ainda existe uma grande necessidade de se discutir e desconstruir ideologias negativas a respeito da população africana e afrodescendente, e assim a escola precisa buscar estratégias para implementá-la visto que o conhecimento é o melhor caminho para esse processo de desconstrução e reconstrução de concepções. Conforme Pereira:

Descolonizar o saber é o primeiro passo na luta do preconceito racial. A educação tem fundamental importância nesta luta, pois se acredita que o espaço escolar seja responsável por boa parte da formação pessoal dos indivíduos sendo um ambiente fundamental para a separação das desigualdades raciais e superação do racismo. (PEREIRA, 2004, p. 1).

Para tanto, a escola, bem como todos os sujeitos nela envolvidos não podem se isentar de tamanha responsabilidade e compromisso social.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnicorraciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004, p. 15)

A escola deve se pautar em ações planejadas, ou seja, com intencionalidades clara e objetivas, o professor sendo um sujeito de extrema importância nesse processo, não pode se deixar levar por aulas improvisadas e falas superficiais e assim reproduzir ideologias. O trabalho dos professores assume um papel essencial na desconstrução de um ideário racista e segregador que está impregnado nos indivíduos da nossa sociedade, incluindo ele próprio que também é sujeito em construção nessa mesma sociedade.

Sabemos que não é uma tarefa fácil e que ainda há muito para ser feito em busca da equidade social e racial. A educação etnicorracial não traz de imediato mudança das relações sociais desiguais, mas é um caminho para a desconstrução gradual de mentalidades e práticas sociais discriminatórias. Assim, por meio da tentativa de estabelecer diálogos entre visões, concepções e experiências múltiplas e da construção coletiva de uma realidade que contemple a diversidade, se possa viabilizar que alguns grupos não apenas deixem de ser responsabilizados por não se adequarem a espaços que os discriminam, mas também que possam sair de um lugar de invisibilidade, silenciamento e exclusão.

Diante do que foi exposto, podemos aferir que a Lei 10.639 vai muito além da inserção de novos conteúdos nos currículos escolares, ela é um chamamento nessa luta de um grito para que repensemos a relações étnicorraciais, sociais e pedagógicas assumindo novas posturas. É necessário que dentro dos ambientes escolares tanto negros como não negros

tenham a oportunidade de acesso a conhecimentos fundamentais para a vivência em sociedade de modo, e que se formem sujeitos com autonomia e responsabilidade para repensar e recriar novas relações etnicorraciais. Daí a necessidade de um investimento na formação dos educadores, visto que estes lidam diariamente com nossas crianças, jovens e adultos e tem parcela fundamental na formação de pensamento destes sujeitos.

### **Procedimentos metodológicos**

Realizada em 2019 em uma escola pública estadual localizada na cidade de Cotegipe, no Oeste do estado da Bahia, a pesquisa analisa as relações entre alunos/alunos, alunos/professores, alunos/professores/funcionários, e como estes percebem e lidam com o preconceito racial na escola, e como a escola se posiciona a respeito. É nesse contexto de significados, valores e crenças que a pesquisa se desenvolveu, com o intuito de trazer para as discussões as contribuições e percepções dos envolvidos nos processos educacionais.

A instituição foi nomeada de Escola Maria Firmina dos Reis. Começou a ser construída em meados do ano 1968, e concluída em 1969. Atende a modalidade de ensino médio, durante os períodos matutino, vespertino e noturno, com 476, alunos sendo estes da zona rural e urbano. Já a respeito organizacional da escola contém 34 funcionários.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio do período matutino e vespertino, decidimos por essas turmas por entender que estão na escola a mais tempo do que as turmas de 1º ano por exemplo, recém-chegadas e acreditando que teriam uma maturidade maior para responder as questões propostas. Já os professores escolhidos foram os que trabalham com História, Sociologia, Matemática e Letras. Os professores de Letras e História foram escolhidos por lecionarem disciplinas que são enfatizadas na Lei 10.639, os professores de Sociologia e Matemática foram cogitados sob a perspectiva de tempo de atuação na instituição e disponibilidade para participar da pesquisa. Vale ressaltar que um dos professores de História decidiu não responder ao questionário. Também contribuíram com a coleta de dados a diretora e a coordenadora pedagógica.

A escolha por essa escola foi por ela ser de grande porte, ou seja, atender uma grande quantidade de alunos do ensino médio do município e comunidades vicinais. Assim, teríamos uma participação de alunos da sede da cidade como também da zona rural, possibilitando uma abrangência maior de sujeitos de diferentes realidades.

**Tabela 01:** Público pesquisado na Escola Maria Firmina dos Reis.

<b>Público pesquisado na Escola Maria Firmina dos Reis</b>		
<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Total</b>
<b>Alunos do 2º ano</b>	<b>04 turmas</b>	<b>79</b>
<b>Alunos do 3º ano</b>	<b>04 turmas</b>	<b>65</b>
<b>Professores de letras</b>	<b>02</b>	<b>02</b>
<b>Professor de história</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Professor de sociologia</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Professor de matemática</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Coordenador</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>Diretor</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2019.

Adotamos um questionário contendo uma linguagem simples para facilitar o entendimento dos respondentes. O questionário apresentou questões abertas, nas quais os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, bem como questões fechadas, de alcance limitado e alternativas fixas. Além dos questionários, também foi utilizada a investigação bibliográfica. Dentre as legislações estudadas estavam a Lei 10.639 e a Lei Municipal 193/2013, bem como livros, monografias, artigos e outros. Em seguida, serão apresentados os resultados da análise sistematizada dos dados coletados.

### **Análise dos dados**

Iniciaremos falando do questionário para a coordenadora e diretora, que constou de sete perguntas, quatro de múltipla escolha e três descritivas. A primeira questão quis saber se consideravam importante a Lei 10.639 – essa pergunta também foi feita aos professores. Todos os entrevistados afirmaram que sim. Dos seis respondentes, quatro afirmam que o ideal seria se a temática fosse contemplada sem a necessidade de uma lei, porém, com o descaso, a legislação se faz extremamente importante. Como esta foi uma questão discursiva, ilustramos com a fala de um dos participantes: “É um tanto controverso pensar que precisa de uma lei

para nos obrigar a discutir com nossos alunos, nossa própria história. O pior de tudo isso, é que mesmo com uma legislação tornando a discussão obrigatória, ela ainda não ocorre.”

Como se vê, os respondentes reconhecem a importância da lei, porém só a lei e o reconhecimento de sua importância não é o suficiente para que ela se efetive nas escolas. A lei foi criada mediante muitas pressões do Movimento Negro na busca de uma valorização e reconhecimento da matriz cultural africana, mas infelizmente ela ainda não é suficiente para que o trabalho nas escolas aconteça de maneira satisfatória. Analisando as respostas, entendemos que a lei é importante, porém é preciso que cada sujeito do processo educacional seja consciente do seu papel, visto que professores, coordenadores e diretores são peças fundamentais na promoção da cidadania e na formação de sujeitos conscientes de seu papel.

A questão de número dois também se fez presente no questionário da coordenadora, diretora e professores. Ela versou sobre o conhecimento desses sujeitos a respeito da Lei 10.639. Tinham como opções *sim*, *não* ou *parcialmente*. Apenas dois participantes marcaram *parcialmente*, os demais *sim*. A lei supracitada é conhecida pela maioria. Este é um passo importante para o trabalho nas escolas, é a partir daí que professores, coordenadores e direção podem buscar recursos pedagógicos para que as ações junto aos alunos aconteçam.

A próxima questão quis saber da coordenação com que frequência os estudos sobre a História e a Cultura afro-brasileira e africana são realizados na escola com os professores. Havia as opções: *Durante todo ano*; *as vezes*; *nunca*; *20 de novembro*. A resposta foi que a temática só é discutida em novembro, no Dia da Consciência Negra (dia 20). A questão quatro complementa a terceira, pois questiona a relação do Projeto Político Pedagógico (PPP) com as discussões etnicorraciais. A coordenadora diz que o PPP fala da diversidade, porém de forma superficial, e não dá embasamento suficiente para o trabalho na escola.

A questão cinco perguntou sobre a oferta de formação continuada para os professores sobre a temática em discussão. A coordenadora coloca que não há essas formações. As informações contidas nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais* chamam atenção para a necessidade da formação continuada dos professores, visando estratégias positivas no trabalho com a diversidade etnicorracial:

[...] a necessidade de se investir para que os professores, além da sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacitem não só a compreender a importância das questões de diversidade étnicorracial, mas lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las. (BRASIL, 2003, p. 17)

É notória a necessidade de a equipe gestora buscar meios de ofertar a formação continuada, tendo em vistas a preparação dos professores para que estejam aptos na promoção de discussões sobre a diversidade etnicorracial. Vale lembrar que quando falamos em discutir a temática, não se trata de falas soltas, onde se fala do negro na condição de escravo e correr o risco de reforçar práticas preconceituosas. O resultado da união professor e gestão ajudaria a desfazer preconceitos, contribuir para mudanças de comportamentos.

A questão seis versou sobre a existência de algum Projeto Pedagógico na escola visando a valorização das culturas de matriz africana e indígena. A resposta da coordenadora foi negativa, não há nessa instituição nenhum projeto voltado a temática. Mesmo sendo uma questão de múltipla escolha, a coordenadora diz que reconhece a necessidade de um projeto de trabalho a respeito do tema, porém ainda não conseguiu atender a esta demanda.

A sétima e última pergunta esteve presente no questionário da coordenadora, diretora e professores. Essa questão indagou a respeito da opinião desses sujeitos sobre a implantação da Lei 10.639, ser de fato possível ou fica apenas no campo teórico. Houve unanimidade nas respostas a respeito de ser sim possível a implantação da lei, e em dizer que a maior dificuldade para a sua efetivação nas escolas é a falta de formação continuada.

Possível é, porém, a discussão tem ficado apenas no campo das ideias. Na verdade, faz se necessário que as escolas, através da Secretaria de Educação, reorganizem o currículo com o objetivo de criar situações e estratégias que viabilizem de forma efetiva essa temática em sala de aula. É uma questão também que passa pela necessidade de formação dos profissionais da educação, seja no sentido de compreender a discussão e também de aprender a planejar inserindo tão discussões dentro dos conteúdos cotidianos da sua disciplina, ou seja, entender que não é preciso parar seu trabalho para contemplar os estudos sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana. (PROFESSOR de Matemática, 2019)

Entendemos que a promoção da formação continuada não pode depender somente da escola ou coordenador pedagógico. As Secretarias de Educação devem promover esses momentos e incentivar a participação dos professores. Observamos que a falta da formação continuada para os profissionais dessa instituição, têm sido um grande empecilho para que a efetivação da Lei 10.639, ocorra de modo que venha a contribuir para uma educação reflexiva permitindo avanços significativos no que tange aos estudos das africanidades brasileiras.

A seguir serão analisadas as perguntas respondidas pelos professores, esse questionário foi composto por oito perguntas, sendo que algumas já foram contempladas acima, desse modo, serão comentadas aqui as demais questões.

Essa questão indagou aos professores se nas suas aulas o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana é contemplado. A professora de Sociologia, uma de Letras e o professor de Matemática dizem que o trabalho a respeito dessa temática acontece de forma superficial. A outra professora de Letras diz que a História e Cultura Afro-brasileira e africana são “indissociáveis dos estudos sobre Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa. Sendo assim, é com constância que são abordados assuntos/temas relacionados à diversidade cultural no Brasil”. Por último a professora de História diz que trabalha de forma mínima, sempre relacionado a outros assuntos, visto que o eurocentrismo é o que prevalece nos livros oferecidos pelo MEC, e são o único recurso acessível a todos os alunos.

O livro didático pode ser um veículo que transporta estereótipos expandindo uma visão negativa do negro em contrapartida uma visão positiva do branco, alimentando ideologias de superioridade e inferioridade de raças (SILVA, 2005). Para que essas ideologias não sejam propagadas pelo professor, é preciso que entenda que o livro didático, mesmo sendo uma ferramenta importante e em muitas escolas a única, precisa ser analisado com olhar crítico, de modo a corrigir essa representação negativa nas linhas e entrelinhas.

Essa pergunta complementa a anterior, pois, indagou sobre os conteúdos. O professor de Matemática e a professora de História deram respostas parecidas, colocam que na verdade pouco se trabalha sobre a cultura afro-brasileira e que os estudos se resumem apenas em tratar da escravidão, onde o negro aparece como trabalhador braçal. Segundo Lima:

Geralmente, quando personagens negros entram em histórias aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se, assim, uma inferiorização datada. (LIMA 2005, p. 103).

Mais uma vez fica explícito a necessidade de formação, pois, só a formação irá prepará-los para lidar com essas problemáticas e buscar estratégias que desmitifiquem a imagem do negro engessada à escravidão. Ainda nessa pergunta, uma das professoras de Letras e a de Sociologia dizem que o trabalho não é aprofundado, e que geralmente se discutem as heranças culturais que os povos africanos e indígenas deixaram, bem como os estereótipos das manifestações religiosas dos negros e a literatura africana como forma de mostrar as riquezas desses povos e desmistificar os conceitos negativos que se perpetuam.

A questão de número três quis saber dos educadores se percebem algum tipo de discriminação e/ou preconceito racial de forma implícita ou explícita entre os alunos da instituição. Caso a resposta fosse positiva, qual a abordagem diante da problemática.

Dois dos cinco professores respondentes disseram não perceber nenhuma atitude discriminatória entre os alunos, e vêm uma boa convivência entre eles. Uma das professoras de letras diz que não nota preconceito ou discriminação explícita, porém o que percebe é uma baixa autoestima entre os alunos negros e uma participação mais tímida nas aulas, diz ainda que nas aulas onde se fala sobre escravidão, diáspora africana entre outros, se nota um constrangimento entre os alunos negros. Acrescenta que entre as meninas negras e não-negras as amizades são reduzidas. Ela professora diz que sua postura diante da situação é tentar estabelecer um diálogo com esses alunos, para integrá-los ao grupo.

O preconceito racial ainda é algo presente nas escolas, sendo um meio de exclusão e violência, podendo ser visível ou não aos olhos dos educadores. Por essa razão, o educador precisa ter um olhar criterioso para seus educandos, buscando identificar sinais que possam denunciar atos discriminatórios. Santos nos alerta que:

Os alunos alvos de discriminação racial, frente às situações de racismo, reagem de formas variadas. Há os que não conseguem se defender, silenciando frente às situações de discriminação sofrida. Mas também há os que fazem denúncias, reclamações, contestações, revides, numa clara forma de luta contra o racismo (SANTOS, 2007, p. 40).

O professor participa do combate ao preconceito, sendo um agente mediador contra formas de discriminação entre os alunos, visando minimizar conflitos e buscar em suas estratégias de trabalho ferramentas para abordar as questões etnicorraciais. O professor de Matemática e a outra professora de Letras trazem que o preconceito e ações discriminatórias são perceptíveis entre os alunos através de apelidos ofensivos e piadinhas. Ambos dizem fazer intervenções através do diálogo pregando o respeito mútuo e da igualdade de direitos.

Observamos que os professores de Matemática e Letras tem a percepção e o entendimento de que, por trás das ditas “brincadeiras” existe um sentimento de aversão a respeito do “outro”, sendo este estigmatizado por suas características físicas. Mais uma vez fica notório que o racismo se manifesta de muitas formas no âmbito escolar, desde apelidos, brincadeiras, através de linguagem oral ou por expressões preconceituosas. Santos (2007, p. 55) afirma que “[...] por trás da ‘brincadeira’, do ‘apelido’ enfocando as características raciais

dos alunos, nada tem de brincadeira. São formas de estigmatização do negro, de veicular preconceito, onde o interlocutor se exime do ato, sob a justificativa da ‘brincadeira’.”

Diante da fala dos três últimos professores, afirmando que percebem o preconceito dentro da escola, pensamos: por que os outros dois não tiveram essa visão? Seria uma negação de uma realidade? Fato é que a escola é um ambiente onde as diferenças deviam ser discutidas e entendidas como boas oportunidades de conviver com culturas diferentes, porém o que se vê muitas das vezes é a escola como um ambiente hostil e excludente.

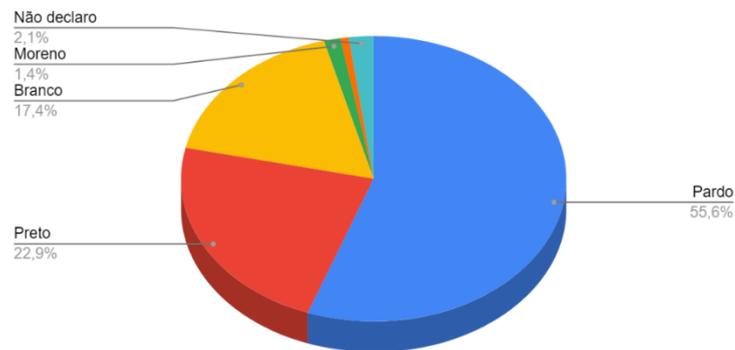
A quarta e última questão versou sobre a participação dos educadores em formações. Três dos cinco respondentes disseram que estudaram o tema somente na graduação, mas que mesmo na graduação a temática não foi abordada de maneira satisfatória devido ao tempo destinado para a disciplina. Os outros dois disseram que não participaram de estudos com a abordagem. Vem à tona outra problemática sobre as universidades, visto que não estão preparando os profissionais da educação para o trato positivo com as questões etnicorraciais.

Para Gomes, é fundamental:

[...] construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. (GOMES, 2005. p. 149)

Abaixo, analisaremos as respostas dos alunos. Foram 144 sujeitos participantes. O questionário deste público constou de oito perguntas de múltipla escolha e para cada questão serão apresentados gráficos, visando uma melhor explanação dos resultados, seguido da análise. As questões indagavam o seguinte sobre a temática em pauta:

A primeira pergunta quis saber a cor/raça na qual se definem. Nas opções a serem marcadas estavam: *branco*; *pardo*; *amarelo*; *preto*; *não declaro* e a opção *outro*, com espaço para dizer qual seria a outra cor/raça, caso fosse de interesse do participante.

**Gráfico 01:** Qual cor/raça se define?

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Observa-se que a escola é constituída de uma maioria de alunos pardos e pretos, que segundo os movimentos negros constituem a categoria *negros*.<sup>6</sup> Dos 144 alunos, foram 113 negros, 25 brancos, 01 indígena, 03 não declararam e outros 02 marcaram a opção “outro” e escreveram moreno e moreno claro. Sobre os três alunos que optaram por não declarar a sua cor, pensamos que pode estar ligado à complexidade que envolve a construção da identidade em nosso país (MUNANGA, 2005). Isso ficou nítido na aplicação dos questionários, quando alunos demonstraram dúvidas a respeito da opção, dizendo: “que cor eu sou?”. Temos ainda dois alunos que marcaram *outro* e escreveram moreno e moreno claro. Para Silva (2007, p. 74), essa categoria merece atenção especial, pois implica um processo de deslizamento do “preto” para o “branco”, cujas representações sociais, associadas ao branqueamento, permitem o afastamento da base “inferior” da sociedade, seja pelo critério da cor ou “classe”.

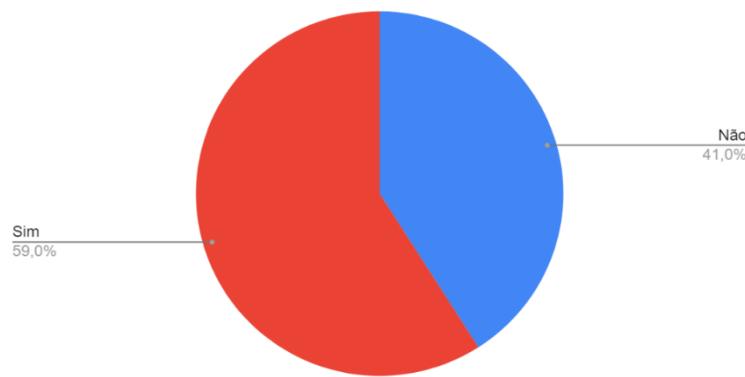
Desse modo, ao indicar essa categoria o sujeito não é preto nem branco, é uma forma de se afastar do termo “preto” que carrega uma negatividade histórica. Para Silva (2007, p. 75), “o moreno, claro, escuro, mais ou menos, entre outros, é um ‘jeito’ de falar das imprecisões e indecisões identitárias nacionais”. Gomes (2001) diz que a classificação racial

<sup>6</sup> De acordo com as *Diretrizes*, “Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena – a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana” (BRASIL, 2004, p. 15).

não se baseia unicamente na aparência. Mas que a educação e a renda também têm um papel no jogo social das identificações. Identificação é uma construção social que é influenciada de acordo com o lugar que as pessoas ocupam, como essas pessoas se percebem.

A segunda pergunta versou a respeito dos participantes já terem sofrido algum preconceito ou discriminação devido a cor da pele.

**Gráfico 02:** Já sofreu algum preconceito ou discriminação devido a cor da sua pele?

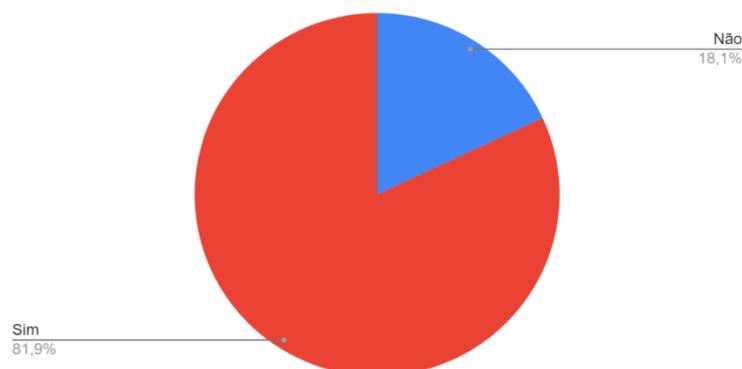


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Dos 144 alunos que participaram da pesquisa 41,0% responderam não e 59,0% marcaram que sim. Para termos uma melhor percepção de como atitudes discriminatórias atingem os diferentes grupos étnicos, apresentaremos a quantidade de alunos por resposta e a cor/raça a qual se definiram. Dos alunos que marcaram que não sofreram nenhum preconceito ou discriminação por conta da cor da pele, 19 são brancos e 37 são pretos e pardos. Os dois alunos que marcaram a categoria moreno disseram que não sofreram, acompanhados do indígena. Já os alunos que marcaram a opção sim, foram 06 brancos e 76 negros, acompanhados dos 03 alunos que não declaram a cor da pele.

A análise destes dados nos mostra que a população negra ainda é a maior vítima de discriminação em nossa sociedade nos diversos ambientes. Os dados coletados evidenciam que na sociedade atual os negros ainda são julgados negativamente e têm sua cultura desvalorizada constantemente. A pergunta de número 03 quis saber se os participantes percebem algum tipo de discriminação racial na instituição.

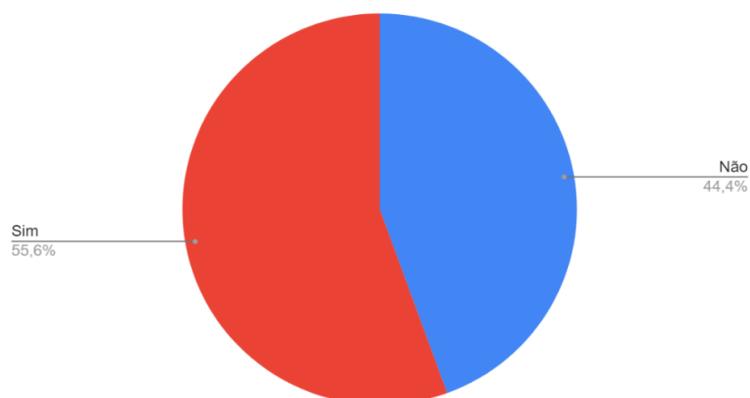
**Gráfico 03:** Você percebe algum tipo de discriminação racial nessa instituição de ensino?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Dos respondentes brancos 17 disseram que percebem e 08 não percebem atitudes de discriminação dentro da escola. Já dos respondentes negros 98 percebem e 15 não. O aluno identificado como indígena diz não perceber, os três que não declaram a cor percebem e os 02 morenos disseram não notar tais atitudes. No total, 118 participantes disseram ser perceptíveis atitudes discriminatórias na instituição. O resultado para esse questionamento é incisivo e deixa claro a existência de atos discriminatórios e preconceituosos na escola, e revela que a educação não tem contribuído para a superação de práticas racistas. Essa questão deve ser abordada, incluída no currículo de forma que o aluno possa identificá-la e combatê-la.

A questão quatro buscou saber dos respondentes se já sofreram preconceito racial dentro da escola pesquisada. Entre os alunos brancos, 18 não sofreram e 07 sim. Dos alunos negros, 69 já sofreram com o preconceito racial e 44 disseram que não. Os dois alunos que se definiram como morenos, juntamente com o indígena, disseram não sofrer. E os 03 que não declararam a cor afirmam já ter sofrido.

**Gráfico 04:** Você já sofreu preconceito racial na escola?

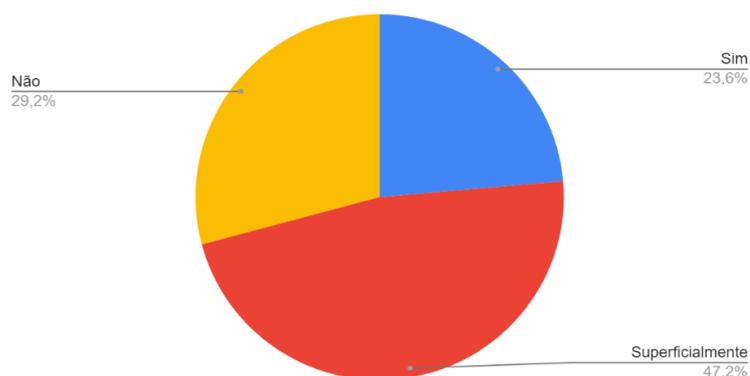
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

79 alunos disseram sofrerem ou sofreram preconceito racial dentro do ambiente escolar. Fazendo um comparativo com a questão de número 02, onde é perguntando aos alunos se já sofreram preconceito racial em outros ambientes, percebemos que na escola é reproduzido atitudes externas como a discriminação. O cotidiano escolar se torna um meio de disseminação de ideologias racistas onde alunos sofrem com atitudes discriminatórias, muitas vezes em silêncio. Cavalleiro (2001) assegura que o não-verbal (gestos, olhares e outras atitudes) no cotidiano escolar expressa tanto o tipo de relacionamento aceito e valorizado, quanto o não aceito, não valorizado, desejado. A autora chama atenção para dois itens importantes para a formação de sentimentos racistas. Um deles é o afastamento que tende a evitar contato físico e diálogo, por muito oriunda de uma relação distante entre professores e alunos. O outro é a rejeição, no qual abdica-se de toda e qualquer relação proximal, seja por contato físico ou verbal com o outro, no caso o negro (CAVALLEIRO, 2001).

É importante trazermos aqui o pensamento de um aluno que foi verbalizado durante a aplicação do questionário: “O preconceito nunca deixa de existir, o que acontece é que muitas pessoas não expõem por medo de processo e acaba disfarçando, mas no fundo mesmo têm sim preconceito e quando vê um negro na rua tem medo”. O que traz o aluno é forte e nos faz pensar como de fato o preconceito de caráter racial está impregnado na sociedade. Quando ele diz que o preconceito racial “nunca deixa de existir”, reflete a necessidade de o tema ser debatido e combatido, pois, nem sempre atitudes preconceituosas e excludentes são notadas.

A quinta pergunta indagou dos alunos se os livros usados na escola contemplavam o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Dentre as opções possíveis eles tinham: *sim*, *não* e *parcialmente*. Abaixo podemos observar que os alunos que dizem que os livros não contemplam ou que contemplam de forma superficial são maioria.

**Gráfico 05:** Os livros usados na escola contemplam sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana e Indígena?

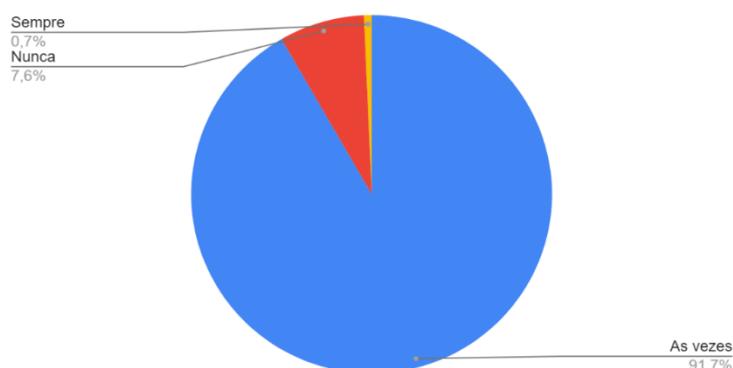


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Diante disso é imprescindível que o professor seja um pesquisador e não reprodutor do livro didático, sob pena das práticas pedagógicas não desmistificarem o racismo contra as diversidades culturais. É importante que o educador tenha um planejamento para a realidade social, política, econômica e cultural dos alunos, não se fechando apenas para o livro didático, pois este muitas das vezes é um meio de perpetuar a dominação de uma classe sobre outra.

A pergunta seis de certo modo complementa a ideia da anterior. Buscou saber se os professores trabalham conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

**Gráfico 06:** Os professores se preocupam em trabalhar temáticas que tratem da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

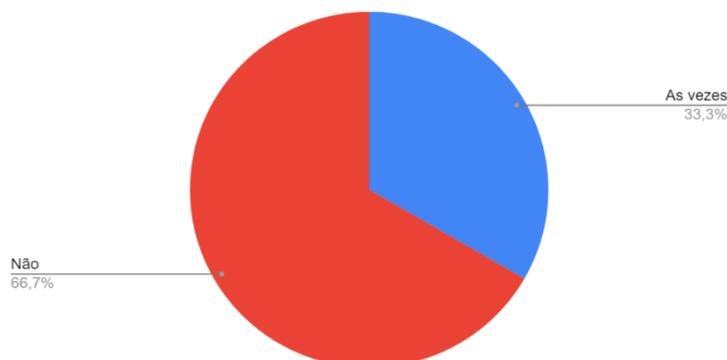


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Como representa o gráfico acima, o maior quantitativo de alunos diz que as vezes a temática é abordada pelos docentes. Assim, 01 aluno disse que sempre é trabalhado, o que demonstra desinteresse ou falta de conhecimento a respeito da temática, 11 alunos dizem que nunca é trabalhada e 132 afirmam que as vezes. Com essas informações podemos inferir que o professor possivelmente acaba seguindo a sequência do livro didático sem a utilização de outros materiais para o preparo do seu planejamento. Como o livro praticamente não aborda as africanidades, a temática acaba por não ser discutida nas aulas.

Fatos assim expõe o professor ao risco de uma prática engessada e descontextualizada da realidade de seus educandos, além de estar descumprindo a lei que obriga o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Vale ressaltar que ainda há uma falha muito grande no que concerne a preparação destes profissionais para o trato com as questões etnicorraciais. A questão de número sete indagou se a escola promove discussões com vistas na valorização e o respeito à diversidade etnicorracial e cultural.

**Gráfico 07:** A escola promove discussões visando a valorização e o respeito à diversidade etnicorracial e cultural?



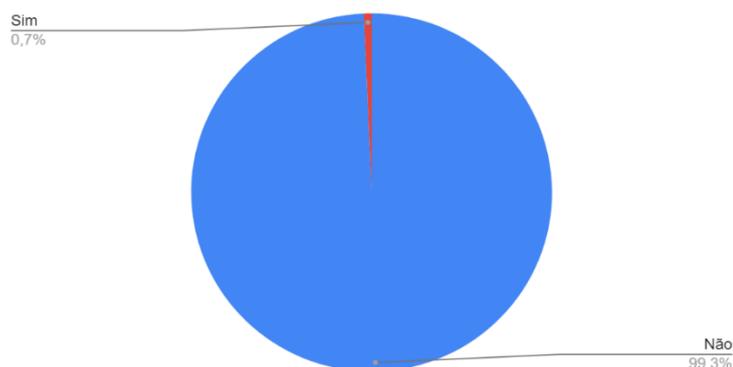
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Os respondentes tiveram as opções *não* e *às vezes*. 48 alunos disseram que *às vezes* e 96 disseram que *não*. Concomitante com algumas respostas dos professores e da coordenação, onde falam que as discussões acontecem apenas próximo a datas como o 20 de novembro, provavelmente foram a esses momentos que os alunos recorreram para responder que a escola possibilita essas discussões em momentos esporádicos. Porém, há um número maior de alunos que marcaram *não*, entendendo que questões tão importantes não devem ser restritas a um momento do ano. Durante a aplicação do questionário no terceiro ano, um aluno comentou: “O 20 de novembro é comemorado com desfile de garotas negras e apresentação de roda de capoeira, não tem nenhuma discussão que conscientize os alunos não”.

Essa fala nos faz refletir sobre como a Lei 10.639 tem sido operacionalizada nas instituições: de que modo a instituição e os professores têm de fato trabalhado? Têm feito projetos, oficinas, buscado parcerias com grupos de movimentos negros como prevê as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais*?

A oitava e última questão do instrumento de coleta de dados trata justamente acerca da existência de projetos voltados para a valorização e discussão dessa temática na escola. O resultado registrado no gráfico abaixo é bem expressivo.

**Gráfico 08:** A escola tem algum projeto voltado para a valorização da diversidade etnicorracial?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019.

Apenas um aluno marcou a opção *sim*, talvez por não compreender exatamente o que a questão quis saber ou não entender o que seria um projeto. A respeito da importância de projetos valorizando as relações etnicorraciais, a legislação traz que:

É fundamental fazer com que o assunto não seja reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas. Quando se dedica, apenas, corre o risco de considerá-la uma questão exótica a ser estudada, sem relação com a realidade vivida. A questão racial pode ser um tema tratado em todas as propostas de trabalhos, projetos e unidades de estudo ao longo do ano letivo. (BRASIL, 2006, p. 72)

A instituição e conseqüentemente os seus professores que se eximem da responsabilidade política e social de possibilitar discussões envolvendo a educação para as relações etnicorraciais e culturais, contribui para uma formação de indivíduos alienados e desconhecedores da sua própria história. O currículo que norteia as ações pedagógicas da instituição seguiu caminhos que não contemplam a diversidade que se põe em nossa sociedade e por conseguinte em nossas escolas. O currículo ainda traz uma visão eurocêntrica e difícil de ser questionada. Na opinião de Gonçalves e Silva o currículo

Privilegiou a cultura branca, masculina e cristã, menosprezou as demais culturas dentro de sua composição do currículo e das atividades do cotidiano escolar. As culturas não brancas foram relegadas a uma inferioridade imposta no interior da escola, concomitantemente a esses povos foram determinadas as classes sociais inferiores da sociedade. (GONÇALVES; SILVA, 2007)

A História e Cultura afro-brasileira e africana foi menosprezada, e essa inferiorização vem sendo reformulada ano após ano se valendo da educação como um grande veículo para manter uma supervalorização da cultura eurocêntrica. Procedimentos de pesquisa em nível escolar são relevantes para o melhor conhecimento da realidade, embasando medidas e ações que não perpetuem o “status quo” (MUNANGA, 2005). Combater a desvalorização da cultura de matriz africana e afro-brasileira é um papel de nós que lidamos com a educação.

Ao final do questionário deixamos um espaço denominado outros onde os alunos poderiam acrescentar mais informações que julgassem relevantes e que o questionário não contemplou. Dos 144 alunos, 12 usaram este espaço. Os escritos caminharam para o raciocínio que dizia que a escola deveria promover palestras sobre a temática e conscientização sobre como atitudes preconceituosas e racistas podem afetar uma pessoa. Outros dois alunos chamaram atenção quando escreveram que a escola nunca se posicionou contra atitudes discriminatórias e que acha difícil que a sociedade mude. Esses mesmos alunos sinalizaram que alguns professores e funcionários também agem de maneira a diminuir a imagem do negro.

Como declara Gomes (2003), o olhar sobre o negro e sua cultura precisa ser mudado. Crer na transformação através do trabalho que é realizado, aprender a lidar com as diferenças, é um dos caminhos para a construção de um pensamento. Munanga (2005) nos alerta que, como todos nós, os professores também foram formados nesta sociedade racista. O professor é quem está na ponta do processo lidando com os alunos, assim precisa repensar sua conduta.

### **Considerações finais**

A partir da pesquisa realizada, identificando que nem todos os professores trabalham a temática investigada em sala de aula, e o pouco que é trabalhado se dá de maneira superficial e descontextualizada da realidade dos alunos. Geralmente esses poucos momentos ocorrem próximo a datas comemorativas como é o caso do 20 de novembro.

Foi revelado ainda que os professores não se sentem preparados para o trato com as questões etnicorraciais, falha que está presente tanto na formação acadêmica destes profissionais quanto na ausência de formações continuadas, que deveriam ser ofertadas pelos sistemas de ensino. Resultado disso, é um descaso em relação às abordagens da temática em

sala de aula. Desse modo, ressaltamos a importância da formação continuada para mudar as práticas pedagógicas dentro dos ambientes educacionais e romper com antigas concepções.

Ficou evidente que do modo como está sendo feita a abordagem sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana na escola e/ou para a educação das relações etnicorraciais, será muito difícil combater os índices de preconceito e discriminação tanto no âmbito escolar como na sociedade como um todo. Entendemos que só o conhecimento crítico-reflexivo a respeito da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como de uma educação para a alteridade poderá levar as pessoas a interagir com mais responsabilidade, respeito, valorização e desconstruir estigmas negativos que perseguem a população africana e afrodescendente.

A maioria dos professores questionados percebem atitudes discriminatórias e buscam conversar sobre a importância do respeito ao próximo. Já entre os alunos, essas atitudes ficam mais visíveis, e são percebidas mesmo por aqueles que disseram não sofrer nenhuma ação do tipo. Os dados confirmam que ainda há muito para ser feito visando uma educação onde todos sejam contemplados e respeitados em suas diferenças. Falta um posicionamento efetivo dos educadores e equipe gestora no combate ao racismo, visto que muitos alunos denunciam práticas discriminatórias entre os muros da escola, inclusive de professores e funcionários.

Os dados confirmam que o preconceito racial está presente na escola e se manifesta ora com apelidos e “brincadeiras”, ora de maneira mais silenciosa e porque não dizer cautelosa, como o isolamento de alguns colegas. Constatamos com a pesquisa que os professores e coordenador precisam repensar suas posturas diante do papel social que representam. O professor precisa se colocar como mediador das aulas, estudioso e um pesquisador não se limitando a mera reprodução do livro didático; o coordenador precisa estar mais atento ao pedagógico que é sua função, orientando os professores e buscando meios de viabilizar formações continuadas para seus professores, visto que é uma demanda da equipe.

O professor não pode simplesmente adentrar em uma sala de aula sem pensar naqueles sujeitos de forma individual. É importante que a valorização das diferenças aconteça, de modo que a participação dos alunos seja valorizada na coletividade como sujeitos que convivem em determinado grupo social e por conseguinte absorve experiências variadas.

Finalizando, esperamos que essa discussão possa contribuir para mudanças de postura dos atores da escola em questão de modo que seja dada mais atenção à aplicabilidade da Lei 10.639, pois acreditamos que seu cumprimento é um passo valioso para a superação de práticas racistas na escola. Esperamos que desperte nos órgãos competentes do município de

Cotegipe o desejo pela oferta de formação continuada para os profissionais da educação e quem sabe de futuras parcerias com universidades para o fortalecimento de tais ações.

### Referências

BRASIL, **Plano nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas e para o Ensino da História e Cultural afro-Brasileira e Africana Brasília**. DF. Out. 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, J. B. B. (2001). **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar.

GOMES, N. L. Educação, Identidade negra e formação de professores/as. **Revista educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2003.

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira da. **A formação de professores e o multiculturalismo: desafio para uma pedagogia da equidade**.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. SP: Editora 34, 1999.

LIMA, Silvana Ferreira de. **Reforço escolar: recurso para democratização do ensino ou mecanismo de exclusão social?** 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação SECAD, Brasília, 2005.

PEREIRA, Amauri M. História e Cultura afro-brasileira: parâmetros e desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 36, maio, 2004.

SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros**. Cuiabá, Ed. UFMT, 2007.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da discriminação no livro didático. In: Kabengele Munanga (organizador). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Edileuza P.; SOUZA, BÁRBARA, O. Preconceito, estereótipo e discriminação no espaço escolar. In: SOUZA, Edileuza P. (Org.). **História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Escola**. 1. ed. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2004.